COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 2.150-A, DE 2007

Dispõe sobre a criação de uma zona franca no Subúrbio Ferroviário do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia.

Autor: Deputado MARCOS MEDRADO **Relator**: Deputado LEANDRO SAMPAIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.150-A/07, de autoria do nobre Deputado Marcos Medrado, dispõe sobre a criação de uma zona franca no Subúrbio Ferroviário do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia. Seu art. 1º concede a esse enclave o estatuto de uma área de livre comércio e atribuilhe o objetivo de promover e difundir o desenvolvimento econômico e social das áreas periféricas do Município de Salvador, da sua Região Metropolitana e demais municípios do Recôncavo Baiano. Para tanto, o art. 2º determina que o Poder Executivo demarcará uma área contínua para servir de local onde se realizarão as atividades econômicas, abrindo-se a possibilidade de que recursos privados e públicos estaduais e municipais possam somar-se aos investimentos federais para a instalação da infra-estrutura da zona franca.

Já o artigo seguinte estipula que os empreendimentos instalados no enclave deverão representar atividade inovadora na região, mas que não concorra com as empresas já instaladas no Estado da Bahia, concedendo-se prioridade aos investimentos que utilizarem matéria-prima e insumos disponíveis na região. Define-se no art. 4º que a produção da zona



franca será destinada aos mercados externo e doméstico segundo proporção a ser definida pelo órgão responsável pela administração local. O art. 5°, por seu turno, prevê a isenção do IPI e do Imposto de Importação incidente sobre as mercadorias estrangeiras destinadas ao enclave, vedado, porém, o ingresso de armas, munições e outros materiais vinculados a práticas ilegais ou criminosas.

A seguir, o art. 6º garante a isenção do Imposto de Exportação incidente sobre as mercadorias processadas no interior da zona franca que se destinem ao exterior. Em contrapartida, o art. 7º determina que as mercadorias que saírem do enclave para qualquer outro ponto do território nacional receberão o mesmo tratamento tributário de um bem exportado (*sic*), ao passo que, pela letra do art. 8º, as mercadorias provenientes do restante do País, quando ingressadas na zona franca, estarão sujeitas a todos os impostos em vigor.

Já o art. 9º estipula que os gastos de instalação e de operação da zona franca serão de responsabilidade do Poder Executivo, prevendo-se o encaminhamento anual das previsões das despesas de capital e o demonstrativo do montante das renúncias fiscais. Em seguida, o art. 10 especifica que o enclave será administrado por um Conselho até que se constitua a sua estrutura administrativa definitiva. O art. 11 prevê que a Receita Federal do Brasil exercerá a vigilância e a repressão às atividades ilegais e criminosas, sem prejuízo da competência da Polícia Federal. Por fim, o art. 12 mantém as isenções e benefícios da Lei pelo prazo de 25 anos.

Em sua justificação, o ilustre Autor argumenta que o objetivo de sua iniciativa consiste em transformar as atuais carências do Subúrbio Ferroviário de Salvador em horizontes novos de emprego e de justiça social. A seu ver, o projeto em tela apresenta uma inovação na utilização do instrumento das zonas francas, já que não a submete ao serviço das corporações multinacionais, do sistema financeiro internacional e da manutenção do poder hegemônico norte-americano, em acelerado declínio, de acordo com seu ponto de vista. Ao contrário, conforme suas palavras, busca-se a promoção do bem-estar e do progresso de uma região marginalizada pelo processo de industrialização da Região Metropolitana de Salvador.



O Projeto de Lei nº 2.150/07 foi distribuído em 16/10/07, pela ordem, às Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação, inclusive para exame de mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, em regime de tramitação ordinária. Encaminhada a matéria ao primeiro desses Colegiados em 26/10/07, foi inicialmente designado Relator o ínclito Deputado Carlos Souza. Posteriormente, em 13/03/08, assumiu a Relatoria a ilustre Deputada Maria Helena, cujo parecer favorável ao projeto foi rejeitado em 14/05/08. Na reunião de 28/05/08, então, a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional aprovou o Parecer Vencedor do nobre Deputado Marcelo Serafim, pela rejeição.

Encaminhada a matéria a este Colegiado em 03/06/08, recebemos, em 18/06/08, a honrosa missão de relatá-la. Não se lhe apresentaram emendas até o final do prazo regimental para tanto destinado, em 03/07/08.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Enclaves de livre comércio têm sido largamente utilizados em todo o mundo como instrumentos de política industrial voltados para a redução das desigualdades regionais e a revitalização econômica de áreas mantidas à margem do progresso. Para tanto, lança-se mão de incentivos tributários para a instalação de novos empreendimentos naqueles locais. No Brasil, já se conta, desde a década de 60, com a Zona Franca de Manaus. Nos últimos vinte anos, criaram-se diversas Áreas de Livre Comércio. E, mais recentemente, as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) receberam novo

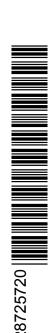


impulso, com a vigência das Leis nº 11.508, de 20/07/07, e nº 11.732, de 30/06/08.

Assim, a proposição em exame agrega-se ao esforço de dinamização econômica e social das regiões mais desfavorecidas por meio da concessão de um regime fiscal especial para empreendimentos que lá venham a se instalar. No caso específico deste projeto, propõe-se o estímulo às exportações, mediante a isenção tributária de matérias-primas e insumos. Nada mais apropriado, a nosso ver, dado que o comércio exterior é, de fato, um dos elementos de destaque da economia brasileira. Ademais, a Região Metropolitana de Salvador adapta-se bem a tal iniciativa, pela proximidade do porto e do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Cabe, no entanto, observar que a redação do art. 7º abre caminho para possível dubiedade de interpretação. De fato, como apontado no Relatório, ali se prevê que as "mercadorias que saírem da Zona Franca para qualquer outra parte do território nacional, fora dos limites dos municípios beneficiados, receberão o mesmo tratamento de um bem **exportado** e sobre eles (sic) incidirão os tributos estabelecidos na legislação específica" (grifo nosso). A nosso ver, pretende o ilustre Autor que os bens provenientes do enclave e destinados ao restante do País sejam gravados da mesma forma que aqueles oriundos do exterior, isto é, **importados** pelo Brasil. Com efeito, tal interpretação coaduna-se com a preocupação de não sujeitar a indústria e o comércio nacionais a competição desleal com empreendimentos aquinhoados com isenções tributárias como as vigentes no interior da zona franca. Trata-se, aliás, de disposição presente na legislação da Zona Franca de Manaus, das Zonas de Processamento de Exportação e das Áreas de Livre Comércio. Assim, este enfoque sugere que se deva substituir no texto do art. 7º do projeto sob análise, o termo "exportado" pelo termo "importado", de modo a deixar clara a idéia acima exposta. Com este propósito, tomamos a liberdade de oferecer a emenda anexa.

Por todos estes motivos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.150-A, de 2007, com a emenda de nossa autoria, em anexo.

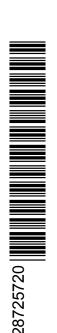


É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado LEANDRO SAMPAIO Relator

2008_10070_Leandro Sampaio.054



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 2.150-A, DE 2007

Dispõe sobre a criação de uma zona franca no Subúrbio Ferroviário do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia.

EMENDA

Substitua-se no art. 7º do projeto o termo "exportado" pelo termo "importado".

Sala da Comissão, em de

de 2008.

Deputado LEANDRO SAMPAIO Relator

